

Política Externa e Agronegócio no Brasil: atores, interesses e influência no Governo Bolsonaro¹

*Foreign Policy and Agribusiness in
Brazil: actors, interests and influence
in the Bolsonaro Government*

*Política exterior y agronegocio en Brasil: actores,
intereses e influencia en el gobierno de Bolsonaro*

DOI: 10.21530/ci.v18n3.2023.1372

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves²
Eduardo Morrot Coelho Madureira³

Resumo

O artigo tem como objetivo discutir a atuação do agronegócio na política externa brasileira. Por meio do referencial teórico da Análise de Política Externa (APE), apresenta-se quem são os principais atores do agronegócio e quais são os seus interesses. Em seguida, realiza-se um estudo de caso do setor, observando sua atuação no governo Bolsonaro sobre três temáticas da agenda externa. Conclui-se que o agronegócio atua em concertação política por meio de diversas entidades ruralistas

- 1 Esse artigo foi escrito com recursos do projeto “Política Externa e Agronegócio no Brasil: atores, interesses e processo decisório no século XXI” contemplado no edital de auxílio à pesquisa 2022 da ABCP.
- 2 Doutora em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Professora dos cursos de Relações Internacionais do Unilasalle-RJ e da UERJ. (fnanci@gmail.com). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-1849-1317>.
- 3 Doutorando em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Pesquisador do Núcleo de Estudos Atores e Agendas de Política Externa (NEAAPE/UERJ) e Editor Executivo do Boletim NEAAPE. (madureira.morrot@iesp.uerj.br). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-9461-6863>.

Artigo submetido em 07/04/2023 e aprovado em 19/03/2024.

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



e que sua influência teve um efeito moderador sobre a política externa ideológica do governo Bolsonaro.

Palavras-chave: Política Externa, Agronegócio, Governo Bolsonaro, Análise de Política Externa.

Abstract

The article aims to discuss the role of agribusiness in Brazilian foreign policy. Through the theoretical framework of Foreign Policy Analysis (FPA), it is presented who are the main actors of agribusiness and what are their interests. Then, a case study of the sector is presented, observing its capacity to act in the Bolsonaro government on three international agenda themes. It is concluded that agribusiness acts in political concertation through various ruralist entities and that its influence has had a moderating effect on the ideological foreign policy of the Bolsonaro government.

Keywords: Foreign Policy, Agribusiness, Bolsonaro Government, Foreign Policy Analysis.

Resumen

El artículo tiene como objetivo discutir el rol de la agroindustria en la política exterior brasileña. A través del marco teórico del Análisis de Política Exterior (APE), se presenta quiénes son los principales actores del agronegocio y cuáles son sus intereses. A continuación, se realiza un estudio de caso, observando la capacidad de actuación del sector en el gobierno Bolsonaro sobre tres temas de la agenda exterior. Se concluye que el agronegocio actúa en concertación a través de diversas entidades ruralistas y que su influencia tuvo un efecto moderador en la política exterior ideológica del gobierno de Bolsonaro.

Palabras-clave: Política exterior, Agronegocio, Gobierno de Bolsonaro, Análisis de Política Exterior.

Introdução

A discussão sobre a política externa agrícola é fundamental para o Brasil, um país de dimensões continentais onde o “agronegócio”⁴ desempenha um papel central na economia. O setor agrícola nacional sempre foi importante na economia brasileira, basta lembrar que o modelo de inserção internacional do país desde sua independência, em 1822, até a adoção da política de industrialização por substituição de importações (ISI) – impulsionada no país na década de 1930 – foi caracterizado pelo paradigma liberal-conservador que se baseava na diplomacia da agroexportação (Cervo 2003). Contudo, o modelo de Estado desenvolvimentista baseado na ISI concentrou-se no setor industrial como alavanca para o desenvolvimento econômico, impactando as atividades do setor agropecuário. Nesse sentido, a agricultura esteve subordinada aos objetivos industriais nacionais e as políticas governamentais para o setor concentraram-se, nas décadas de 1960 e 1970, na concessão de créditos subsidiados para a agropecuária e, nos anos 1980, na Política de Garantia dos Preços Mínimos (Machado 2009).

Foi a partir da década de 1990 que o agronegócio voltou a desempenhar um papel crucial na economia brasileira, recuperando sua posição estratégica no que se refere às exportações e ao equilíbrio das contas externas, além de ganhar crescente protagonismo no Estado brasileiro, em função do papel ativo desempenhado por atores econômicos associados ao setor. Também é neste período que ocorre a ampliação da representação de seus interesses em decisões governamentais em nível nacional, com a redemocratização, e em nível internacional, com a mudança do enfoque paradigmático da política externa brasileira no século XXI para o que Cervo (2003) denomina como Estado Logístico.

A esse respeito, destaca-se que o agronegócio brasileiro possui forte vinculação com a agenda internacional do país, envolvendo-se em questões como a definição de regras sanitárias e leis de certificação por agências internacionais, as negociações internacionais sobre protecionismo agrícola, bem como outras discussões importantes em nível internacional a respeito de

4 O agronegócio pode ser definido “como toda e qualquer atividade ligada ao comércio de produtos agropecuários” (Iglécias 2007, 76). Envolve um conjunto de cadeias produtivas que abarcam setores industriais e de serviços. A seção 3 deste artigo apresenta uma discussão conceitual sobre o termo e explica como os autores trabalham a partir dele na produção da presente análise.

meio ambiente, direito de propriedade e regime de trabalho (Iglécias 2007)

Com efeito, devido ao seu caráter estratégico para a projeção internacional e desenvolvimento brasileiro, surge à tona a necessidade de conhecer melhor a realidade do agronegócio brasileiro, os atores públicos e privados que atuam nele, os interesses que são representados e inseridos na agenda da política agrícola brasileira, além de compreender mais a fundo como se dá a articulação entre Estado e empresariado na área agrícola, gerando decisões que possuem impacto sobre a sociedade brasileira e sobre a inserção internacional do país.

Este artigo busca contribuir para este esforço lançando luz sobre a política externa brasileira voltada para o setor agrícola, apresentando um breve histórico de como o setor opera enquanto um forte grupo de interesse no país, mas com foco, em especial, no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), visto o enorme protagonismo que o setor alcançou durante os seus quatro anos de mandato. Apesar do ex-mandatário não indicar diretamente um representante do agronegócio para comandar o Itamaraty, seu governo abriu amplo espaço para os interesses da bancada ruralista em sua política doméstica e externa. Apenas para citar exemplos, criou um departamento específico na estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE) para representação dos interesses do setor por meio do Departamento de Promoção do Agronegócio, além de ter implementado diversas iniciativas para viabilizar a quebra de barreiras alfandegárias e a negociação de acordos comerciais que beneficiassem as exportações do agronegócio, ainda que pudessem prejudicar economicamente outros setores (como a indústria) (Madureira 2020).

A partir deste governo, por meio de análise qualitativa e conjuntural, são analisados três casos em que houve articulação do setor do agronegócio para representação de seus interesses na agenda externa: 1) o início do governo, com o anúncio da intenção do recém-eleito presidente em retirar o Brasil do Acordo de Paris e transferir a embaixada em Israel de Tel Aviv para Jerusalém; 2) a crise das queimadas na Amazônia e os embates com a União Europeia (UE); 3) as tensões com a China e a pandemia de Covid-19. Para realizar esta análise, busca-se destacar quem são os principais atores que representam o agronegócio brasileiro, quais são os interesses em jogo, os mecanismos de atuação e representação de interesses que os atores públicos e privados fazem uso e os principais resultados obtidos pelo setor na agenda de política externa

do Governo Bolsonaro. Assim, busca-se responder as seguintes questões: como o agronegócio buscou avançar seus interesses e foi representado na política externa do Governo Bolsonaro? Quais resultados foram obtidos pelo setor do agronegócio em sua interlocução com o governo no campo da política externa brasileira?

O instrumental teórico e analítico que orienta a pesquisa é da área de Ciência Política e das Relações Internacionais, em particular do campo de Análise de Política Externa (APE), cujas contribuições também se favorecem da produção sobre Políticas Públicas. Ao tratar a política externa como pública entende-se que ela está sujeita às interações da política governamental, que envolve os embates no Poder Executivo e no Poder Legislativo, permitindo avaliar o processo decisório desta política ao evidenciar os atores e seus interesses, a interação entre diferentes instituições do Estado e entes privados e o papel das informações no processo de tomada de decisão (Gonçalves e Pinheiro 2020).

Análise de política externa: atores, interesses e processo decisório

O estudo sistemático da política externa dos Estados se desenvolveu com o surgimento da área de estudos de Análise de Política Externa (APE) na década de 1950. As investigações desenvolvidas desde então avançaram a compreensão sobre a política externa e seu processo decisório, permitindo que o Estado deixasse de ser percebido como um ator unitário e monolítico. A criação desse campo de estudos no âmbito das Relações Internacionais permitiu abrir a “caixa preta” do Estado e atentar para os fatores culturais, políticos e ideacionais que afetam o processo decisório e que a disciplina de Relações Internacionais tendia a não considerar (Gonçalves e Pinheiro 2020).

A partir dessa perspectiva, diferentes autores desenvolveram propostas analíticas para explicar o conteúdo da política externa dos Estados, focando na influência do contexto internacional, dos diferentes atores domésticos, suas preferências e ideias sobre o processo de formulação, implementação e decisão de política externa. Assim, a literatura sobre APE propõe que o Estado

seja analisado como uma instituição composta por inúmeros atores, interesses e influências. Para compreender como ocorre a formulação da política externa é necessário, portanto, atentar para os demais atores, além do MRE, que participam da formulação das ações internacionais do país. Neste estudo, a ênfase recai sobre a análise do processo decisório considerando a política externa como uma política pública.

Milner (1997) defende a necessidade de entender a posição internacional do país analisando sua política doméstica, o que implica considerar os decisores, as legislaturas, os grupos de interesse, entre outros atores com capacidade de agência no processo decisório. Uma de suas contribuições centrais é a utilização do conceito de poliarquia para caracterizar o *continuum* que conecta a política internacional e a política doméstica. Na poliarquia, as relações entre os atores implicam influência recíproca e fragmentação de poderes entre envolvidos no processo decisório, pois nenhum ator toma decisões de forma isolada. A extensão da poliarquia varia de acordo com o Estado e depende de três fatores: os *interesses* dos atores domésticos, as *instituições* políticas que compartilham o poder e a distribuição de *informação*. Esses fatores permitem entender as escolhas políticas dos Estados no plano internacional, uma vez que as ações governamentais resultam do jogo estratégico que se estabelece no plano doméstico.

Com relação aos *interesses* dos atores domésticos, Milner (1997) destaca que em um ambiente poliárquico os interesses são distintos e exercem influência na definição da política externa, variando de acordo com o tema. Por isso, é importante analisar a estrutura de preferências domésticas e compreender a interação estratégica que se estabelece entre atores da sociedade e do governo, o acesso que estes atores têm às instituições políticas e o acesso à informação. Segundo Milner (1997), os três principais atores que têm poder no processo decisório são os membros do Poder Executivo, os membros do Poder Legislativo e os grupos de interesse⁵, tratados pela autora como atores racionais, pois buscam maximizar suas preferências.

5 Os grupos de interesse são associações de indivíduos ou organizações que têm como principal objetivo maximizar seus interesses. Assim, buscam exercer pressão para que os governantes adotem as políticas que tragam os maiores ganhos para os setores que representam. Os principais mecanismos de atuação destes grupos é prover informações importantes e estratégicas ao Executivo e ao Legislativo e atuar como grupos de pressão para formulação de uma determinada política (Milner 1997).

No Poder Executivo, os principais atores são os presidentes ou primeiros-ministros, cujo objetivo principal é maximizar as chances de reeleição, garantindo a manutenção de seus cargos. Os membros do Legislativo têm objetivos similares aos do Executivo, buscando também apoio eleitoral. Contudo, seus interesses podem ser distintos daqueles defendidos pelos membros do Executivo, dependendo do público doméstico (*constituency*) que representam. Já o objetivo principal dos grupos de interesse é maximizar seus lucros. Assim, buscam exercer pressão para que os governantes adotem as políticas que tragam os maiores benefícios em suas concepções. A estrutura de preferências domésticas é determinada, portanto, pela posição relativa das preferências de cada um destes atores (Milner 1997).

Para que os interesses domésticos sejam agregados às políticas governamentais, é importante analisar a forma pela qual as *instituições* políticas estão organizadas, pois são as instituições que estabelecem quais atores participam do processo decisório. Assim, as instituições definem o grau de poliarquia doméstica, moldando o processo pelo qual os interesses dos atores políticos e econômicos são agregados ao processo de tomada de decisão. Nesse sentido, é importante analisar a relação entre o Poder Executivo e o Legislativo dos países, buscando compreender como é compartilhado o poder de decisão.

Também é importante entender os mecanismos utilizados pelos grupos de interesse para influenciar o processo decisório dos atores políticos. Um dos principais mecanismos é prover informações importantes e estratégicas ao Executivo e ao Legislativo. Assim, podemos notar que as instituições são essenciais no processo decisório, pois privilegiam os interesses de determinados atores em detrimento de outros. É por isso que Milner (1997, 19) afirma que “quem controla as escolhas institucionais será muito poderoso” no jogo político doméstico.

Por fim, a autora destaca a distribuição de *informação* entre os atores como um elemento importante no processo de tomada de decisão, pois quando alguns possuem mais informações do que outros sobre um tema em questão geram-se ineficiências e vantagens políticas. A autora destaca a relação existente entre Executivo, Legislativo e a forma pela qual grupos de interesse podem ser importantes fontes de informação para estes atores políticos. No processo decisório, informações incompletas geram desvantagens, enquanto

informações privilegiadas favorecem determinados grupos, permitindo que apenas alguns atores políticos e/ou econômicos compartilhem poder sobre as decisões.

Nesse sentido, a abordagem proposta pela autora destaca o peso dos fatores domésticos na definição da política externa, ao demonstrar que a distribuição de poder e de informação entre os grupos domésticos e a divergência entre seus interesses impactam o processo decisório e a definição dos resultados políticos no plano internacional. A seção a seguir trata de apresentar quem são os atores do agronegócio e como eles se organizam internamente para influenciar decisões políticas do governo brasileiro, em âmbito doméstico e externo.

O agronegócio e sua representação de interesses no governo brasileiro

Segundo Almeida (2011), o conceito de agronegócio evoluiu ao longo do tempo, tendo sido empregado pela primeira vez como *agribusiness* por John Davis e Ray Goldberg em 1957 para se referir a todas as operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, produção nas unidades agrícolas, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos e itens produzidos a partir deles. O termo passou a ser utilizado pela literatura especializada no Brasil a partir dos anos 1990, em função da influência que teve na economia dos Estados Unidos (EUA) com as ideias de promover uma revolução tecnológica e o progresso científico na agricultura (Almeida 2011; Mendonça 2015).

O uso do conceito teve sua acepção vinculada à integração das chamadas cadeias produtivas, com o objetivo de agregar atividades agroquímicas, industriais e serviços no ramo da agricultura (Mendonça 2015). Desse modo, o termo ganhou terreno e acompanhou o próprio processo de reestruturação das atividades agropecuárias no país e no mundo. Tal conceito pode ser definido, na atualidade, como o “conjunto de atividades agropecuárias relativas à produção, industrialização, distribuição e comercialização de produtos agropecuários”. Tais atividades são orientadas por intensa produtividade, capital e investimento permanente em ciência e tecnologia (Iglécias 2007).

Essa acepção do termo está vinculada à atividade econômica e produtiva do agronegócio. Contudo, neste artigo salienta-se que o agronegócio, mais do que um ator econômico, é um ator político que representa interesses diversos de um amplo setor. Nesse sentido, destaca-se a definição apresentada por Buzanello (1993) do agronegócio como a representação política da burguesia agrária brasileira, os chamados ruralistas, que são – na prática – os controladores dos meios de produção agrário, agrocomercial e agroindustrial. Adiciona-se à essa perspectiva que os atores pertencentes ao agronegócio também são controladores do capital agrofinanceiro, como lembra Delgado (2012) em sua contribuição sobre a financeirização do agronegócio.

Nesse sentido, o chamado agronegócio é representante dos diversos interesses ruralistas e se organiza em diversas entidades de caráter setorial, regional ou ideológico. Contudo, três organizações são especialmente importantes para a representação de seus interesses: a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e o Instituto Pensar Agro (IPA). A CNA reúne a representação de caráter sindical dos produtores rurais, possuindo uma teia de sindicatos regionais e se articulando com as outras grandes entidades setoriais por meio do Conselho do Agro. A FPA, por sua vez, reúne a representação congressual do agronegócio, articulando a aprovação de legislação benéfica para o setor. Por fim, o IPA serve como espaço de articulação e organização política dos ruralistas, sendo composto pelas grandes entidades do setor e pela representação política ruralista.

Pompeia (2020) propõe o conceito de *concertação política* do agronegócio para explicar o novo padrão de representatividade do setor. Esse novo padrão seria marcado pela formação de núcleos intersetoriais ampliados, que agrupam as diversas entidades do agronegócio. Esses núcleos possuem alto grau de institucionalização e interação entre si, sistematizando projetos e campanhas para influenciar políticas agrárias, ambientais, indígenas e de quaisquer outros temas que impactem o setor. Por fim, elas se articulam com agentes do Estado, atuando no Congresso e no Executivo para avançar as demandas do agronegócio.

Entende-se que conceber o agronegócio como uma concertação política está em linha com a forma como o setor é analisado neste artigo, uma vez que ele atua em prol de avançar a representação de seus interesses econômicos no

governo brasileiro, utilizando de mecanismos políticos como confederações, *think tank* e Congresso. Pompeia (2020), apresenta quatro dispositivos que permitem essa concertação política: 1) a utilização do agronegócio enquanto categoria; 2) o foco em temas amplos; 3) a lógica de resolução dos conflitos nos bastidores e 4) o estabelecimento de hierarquias e funções específicas.

Assim, a utilização da categoria agronegócio permite reunir os setores diretamente ligados à agropecuária com aqueles ligados à agroindústria, agrocomércio e agrofinanceirização, todos ocupando espaços em núcleos intersetoriais. Essa união amplia o poder da concertação, vinculando a força política local das elites ruralistas com a força econômica nacional das grandes empresas do agronegócio. Além disso, o termo “agro” permite às elites da concertação pleitear a representação de todo o setor brasileiro, reivindicando um peso econômico e social muito maior do que realmente possui. A priorização dos temas amplos, a resolução de conflitos nos bastidores e o estabelecimento de hierarquias e divisões de funções permitem reduzir os atritos entre esses distintos setores da concertação e possibilitam a atuação conjunta sobre o Estado, ampliando seu peso político.

Desse modo, compreender a ascensão política do setor passa por compreender o fortalecimento de suas entidades de representação, que atuam de forma concertada para avançar seus interesses sobre o Legislativo e o Executivo, bem como entender como ao longo do tempo o agronegócio foi mais ou menos representado nos interesses do governo brasileiro, em âmbito doméstico ou internacional.

Para avançar esse entendimento é necessário explicar quem são os atores que representam o agronegócio, seja a nível governamental, seja a nível privado. No que tange ao âmbito governamental, em especial ao Poder Executivo, não se pode deixar de considerar o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), que além de formular as diretrizes das políticas públicas domésticas do setor, a partir dos anos 1990, teve sua ação gradativamente mais institucionalizada em assuntos internacionais, principalmente a partir de suas reestruturações institucionais, que culminaram na criação de uma Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio em 2005. Com isso, o poder decisório do MAPA foi ampliado no processo de formulação da política externa brasileira, sobretudo no que

diz respeito às negociações comerciais, que também se tornaram parte das competências da pasta da agricultura (Machado 2009). Este processo não ficou imune às disputas burocráticas com o MRE, como o processo de criação do cargo de adido agrícola em 2008 aponta, uma vez que houve forte resistência do Itamaraty para que a função fosse criada por temer a fragmentação da diplomacia e a prevalência de interesses setoriais.

A respeito do Legislativo, não se pode perder de vista que existe no Congresso Nacional a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), representante da Bancada Ruralista⁶, que defende os interesses do agronegócio. A agenda que a FPA busca avançar a favor das preferências dos setores agrários e pecuários, muitas vezes, tensiona com outras agendas como de meio ambiente, saúde ou direitos humanos. A esse respeito, Siebeneichler (2021) avaliou o impacto da Bancada Ruralista na formulação da política externa ambiental brasileira no período de 2011 a 2019 e identificou que há uma convergência de interesses do agronegócio com a diplomacia, garantindo decisões antiambientalistas, minando tentativas de reforma agrária e criminalizando movimentos camponeses. Nesse sentido, considerar o Legislativo é central para entender a formulação da política externa na área agrícola, em especial para o agronegócio.

Contudo, não são apenas os atores políticos que possuem capacidade de definir a agenda da política externa do agronegócio brasileiro. Os atores privados, organizados por meio de confederações, empresas e associações exercem pressão enquanto grupos de interesse. Tais atores passaram a se organizar melhor e de forma mais ativa a partir do contexto de liberalização econômica dos anos 1990, buscando que fossem adotadas políticas para impulsionar o comércio de produtos agrícolas, demandando mais espaço e influência na elaboração de tais políticas, à medida em que se tornavam atores centrais do comércio exterior brasileiro e sofriam concorrência de *lobbies* muito bem-organizados a nível internacional.

Há uma pluralidade de órgãos de representação de interesses do setor agropecuário no país. A principal organização é a Confederação da Agricultura

6 Segundo o site da FPA (2021): “De composição pluripartidária e reunindo mais de 200 parlamentares, a bancada tem sido um exemplo de grupo de interesse e de pressão bem-sucedido. É considerada a mais influente nas discussões, articulações e negociações de políticas públicas no âmbito do Poder Legislativo”.

e Pecuária do Brasil (CNA) criada em 1951 e responsável por congregar associações e lideranças políticas e rurais. Tal entidade possui relações históricas fortes com o governo brasileiro e atua de forma a defender os interesses dos produtores (CNA, 2021b). Para além da CNA, existem inúmeras associações representantes de setores específicos que ganharam mais força política na década de 1990, como a Associação Brasileira de Exportadores de Frango (ABEF), a Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne Bovina (ABIEC), a Associação Brasileira de Produtores de Algodão (ABRAPA), a Associação Brasileira da Indústria da Cana-de-Açúcar (ÚNICA), dentre outras (Machado 2009). Esses atores e seus interesses são centrais para a formulação da política externa do país na área agrícola e pecuária, contudo, o agrupamento mais importante é a CNA, que reúne a representação de caráter sindical dos produtores rurais, possuindo uma teia de sindicatos regionais e se articulando com as outras grandes entidades setoriais por meio do Conselho do Agro (Madureira 2023).

Nas questões relacionadas ao meio-ambiente, tem especial relevância a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que reúne representantes da sociedade civil e de empresas ligadas ao agronegócio em prol do desenvolvimento competitivo do setor aliada à preocupação com as mudanças climáticas e à preservação ambiental (Coalizão 2023). As pautas da Coalizão, que representam o que comumente se denomina como “Capitalismo Verde”, ganham especial relevância em um cenário em que questões comerciais e ambientais se interligam em negociações internacionais, influenciando a capacidade brasileira de abrir mercados para o agronegócio.

Outro ator privado de importância inquestionável é o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), que criado em 2011, serve como um *think tank* e espaço de articulação e organização política dos ruralistas, sendo composto pelas grandes entidades do setor e pela bancada ruralista do Congresso. O objetivo do IPA é defender os interesses da agricultura e prestar assessoria à FPA, garantindo interlocução com Legislativo e Executivo a partir de minutas e relatórios que informam projetos de leis e outras decisões governamentais (IPA 2023). Assim, por meio dessas diferentes frentes – governamental e privadas – o agronegócio vêm defendendo e buscando a representação de seus interesses no país.

No que diz respeito à representação do agronegócio na agenda da política externa brasileira não se pode perder de vista que o setor evoluiu muito ao longo das últimas décadas. É claro que esse processo de evolução do agronegócio brasileiro não ocorre sem tensões entre os diferentes atores envolvidos nas atividades agropecuárias, como movimentos campestres, pequenos produtores rurais, agricultores familiares e grupos ambientalistas que criticam a diminuição de áreas de proteção e de terras indígenas, a flexibilização no uso de agrotóxicos, as queimadas e o desmatamento causados por atividades agropecuárias (Siebeneichler 2021). Na prática, apesar das atividades do setor serem dinâmicas e produzirem riqueza, existe uma persistente desigualdade na distribuição de renda na área rural, que se expressa na geração de produto e na distribuição das terras (Garcia e Vieira Filho 2014).

De acordo com Almeida (2011), dos anos 1990 até o período atual, os efeitos da liberalização foram sentidos pela agropecuária que, beneficiada pelas tecnologias produzidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e disponibilizadas pelo governo por meio de extensão rural e assistência técnica, obteve ganhos elevados de competitividade. É nesse período em que o país rapidamente ampliou a sua produtividade no campo e ganhou espaço de seus produtos agropecuários nos mercados internacionais, enfrentando, inclusive, barreiras comerciais impostas por terceiros – como os contenciosos do algodão e do açúcar na OMC. Ademais, é a partir desta etapa em que os atores vinculados ao agronegócio ganharam bastante projeção no Estado brasileiro, seja por meio do fortalecimento dos seus setores econômicos, associações e confederações – que buscaram se beneficiar do comércio internacional pressionando de forma mais estruturada e ativa o governo em prol da representação de seus interesses nacionais a nível internacional – seja por meio de representação política, com lideranças importantes ocupando cargos políticos nos diferentes governos e com o fortalecimento da FPA, que compõe a Bancada Ruralista no Congresso Nacional.

Como marco temporal, este período relaciona-se ao que Cervo (2003, 21-22) considera como paradigma do Estado Logístico na política externa, que “associa um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo brasileiro”, repassando “responsabilidades do Estado empresário à sociedade”. O cerne deste modelo é ampliar o nível de competitividade do Brasil no mundo

por meio de ações governamentais que protejam empresas, tecnologia e capitais de matriz nacional, estimulando seu fortalecimento interno e sua inserção global. É baseado em um modelo de parceria Estado-sociedade, em que a política externa está voltada a interesses diversificados, como do setor do agronegócio.

Como destacam Motta Veiga e Rios (2018), no início deste novo século surgiram interesses e visões menos defensivos em relação à integração internacional do Brasil em âmbito privado e público, promovendo mudanças na formulação da política externa na área comercial. Um fator que os autores consideram crucial nesse processo foi a consolidação do agronegócio brasileiro, que se posicionou como um setor exportador competitivo, com pauta e interesses geográficos diversificados. Facilitou esse movimento a emergência da China e sua demanda por *commodities*, acompanhada pelas mudanças estruturais das atividades agrícolas no país. Os setores do agronegócio com seus novos interesses e ideias defenderam a exploração das oportunidades abertas para a agricultura com a liberalização e a globalização, diferentemente de outras categorias, como os industriais, que buscavam que o governo promovesse instrumentos para mitigar riscos da concorrência internacional (Motta Veiga e Rios 2018).

Desse modo, nesse novo século houve um ativismo dos atores associados às atividades agropecuárias brasileiras, que buscaram formas de pressionar o governo (via CNA, IPA e FPA) para negociar acordos comerciais internacionais vantajosos à área, desenvolveram informações técnicas detalhadas para subsidiar contenciosos (na OMC, por exemplo) ou para explorar novos mercados munidos de informações técnicas (como a função dos adidos agrícolas), entre outros instrumentos que passam pela arena doméstica e pela capacidade destes atores defenderem regulamentações que implicam o fortalecimento do setor do agronegócio – em detrimento da agricultura familiar ou das normas de meio ambiente (Siebeneichler 2021).

Nesse sentido, observa-se que a perspectiva da APE proposta na seção anterior, ao enfatizar a importância de interesses, instituições e informações é de grande utilidade para compreensão da capacidade da concertação política do agronegócio no país. Ao buscarem formas de representar seus interesses políticos por meio de instituições – CNA e FPA – e de munirem tais instituições e, por consequência, o governo (Executivo e Legislativo) de informações que

permitem defender e avançar seus interesses na agenda doméstica e de política externa (sobretudo via o *think tank* IPA), o setor do agronegócio opera enquanto um forte grupo de interesse, que representa uma categoria unificada altamente capaz de mobilizar recursos no governo com vistas a definir temas da agenda econômica e política do país. Se o setor consegue ser bem-sucedido em suas demandas é o que será explorado na próxima seção.

Atores, interesses e influência do agronegócio no governo Bolsonaro

Os dados acima apresentados ressaltam como o setor do agronegócio é relevante no Brasil e lançam luz sobre a intensa articulação entre Estado e empresariado na área agrícola, gerando decisões que possuem impacto sobre a sociedade brasileira e sobre a inserção internacional do país. Sem dúvidas, os empresários do agronegócio se fortaleceram nos últimos anos em diversas frentes, inclusive políticas.

Assim, estes atores políticos ganharam bastante projeção no Estado brasileiro, seja por meio do fortalecimento dos seus setores econômicos, seja por meio de representação política, com lideranças importantes ocupando cargos nos diferentes governos e com o fortalecimento da FPA no Congresso Nacional. Contudo, esse é um resultado de anos de amadurecimento na articulação do setor do agronegócio no Estado brasileiro, além de refletir o maior peso que os ruralistas ganharam na política nacional durante o governo Bolsonaro, como apresentaremos nesta seção por meio de 3 estudos de caso. A respeito dos casos apresentados, é necessário expor algumas considerações. São apresentados três: 1) o início do governo Bolsonaro, com o anúncio da intenção do recém-eleito presidente em retirar o Brasil do Acordo de Paris e transferir a embaixada em Israel para Jerusalém; 2) a crise das queimadas na Amazônia e os embates com a UE; 3) as tensões com a China e a pandemia de Covid-19.

Embora se possa, *a priori*, imaginar que o agronegócio foi dominante nessas situações e teve seus interesses plenamente representados, a análise apresentada mostra que existiu tensão entre ruralistas e setores do governo Bolsonaro, em especial os vinculados à ala ideológica do governo. Nesse

sentido, o agronegócio precisou atuar de forma concertada politicamente e usar de instituições, informações e de seu poder econômico para almejar que seus interesses fossem contemplados na agenda governamental, obtendo não necessariamente sucesso em todos os seus pleitos, como exposto a seguir.

O início do governo: a saída do Acordo de Paris e a transferência da embaixada em Israel para Jerusalém

Antes mesmo de tomar posse, Bolsonaro anunciou que planejava retirar o Brasil do Acordo de Paris e transferir a embaixada do Brasil em Israel para Jerusalém. As medidas seguiam a chamada “ala ideológica” do governo e buscavam se alinhar com a política externa do então presidente estadunidense, Donald Trump. O que o governo parecia não imaginar, entretanto, é que elas poderiam causar problemas para o agronegócio brasileiro.

Após o anúncio da intenção de transferência da embaixada, a Liga Árabe enviou uma carta ao Itamaraty com fortes críticas à ideia. O Brasil é o maior exportador de carne *halal* do mundo e retaliações comerciais poderiam prejudicar o superávit de 7 bilhões que o país possui com os 22 países da Liga (Deutsche Welle 2018). Os ruralistas prontamente pressionaram o governo para rever a decisão, contando com o posicionamento público na ocasião da então presidente da FPA, Tereza Cristina, futura Ministra da Agricultura (Resende 2018).

No caso da saída do Acordo de Paris, apesar dos ruralistas serem vistos tradicionalmente como conservadores e antiambientalistas, uma parte importante deles demonstra preocupação com as questões ambientais, sobretudo quando elas ameaçam as exportações brasileiras. Assim, a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, principal representação desse setor, emitiu nota defendendo a permanência do Brasil no Acordo, apontando a agenda climática como uma oportunidade para o agronegócio e que o atendimento de critérios de sustentabilidade seria essencial para a competitividade internacional dos produtos brasileiros (Girardi 2018).

Apesar da crítica de amplos setores da sociedade brasileira às duas propostas, foi a pressão dos ruralistas que parece ter sido central para impedir o avanço da ação do governo, já que eles representavam um setor com enorme peso político na gestão recém-eleita. Assim, o governo foi forçado a recuar da

transferência da embaixada (G1 2019a) e da saída do Acordo de Paris (Soares e Gamba 2019).

Desmatamento na Amazônia e os embates com a União Europeia (UE)

Este caso, por sua vez, não representa uma ação bem-sucedida do agronegócio, demonstrando a tensão e dificuldade no diálogo com a ala ideológica do governo Bolsonaro, que adotou posicionamento que acabou por minar as expectativas do setor e dificultar a representação de seus interesses comerciais na agenda comercial brasileira.

Uma das grandes “vitórias” anunciadas pela política externa de Bolsonaro foi a conclusão das negociações, em junho de 2019, do acordo Mercosul-UE. O acordo era visto como uma possibilidade de abertura do mercado europeu para as exportações do agronegócio, o que fazia do setor o principal beneficiado (Silva, Silva e Ferreira, 2019). Autores contrários ao acordo chegaram a adjetivá-lo de “neocolonial”, pelos benefícios que oferecia à agroexportação e prejuízos que poderia gerar à indústria brasileira (Cornils 2021).

Logo após a conclusão das negociações, entretanto, um surto de queimadas florestais no Brasil desencadeou uma grave crise política entre o país e a UE, tendo o dia 10 de agosto de 2019 ficado marcado como “Dia do Fogo”, devido às queimadas orquestradas por produtores rurais da Amazônia (Machado 2019). O desmonte da política ambiental e as falas de Bolsonaro encorajando o desmatamento foram apontados como principais fatores para o aumento do número de queimadas (Greenpeace Brasil 2019).

As reações de Bolsonaro às preocupações de líderes europeus com o desmatamento praticamente implodiram as possibilidades de assinatura e ratificação do acordo. O presidente acusou organizações não governamentais (ONGs) estrangeiras pelo desmatamento e demitiu o presidente do órgão responsável pelo monitoramento das queimadas. Quando Alemanha e Noruega bloquearem seus repasses para o Fundo Amazônia, Bolsonaro criticou a chanceler alemã, Angela Merkel, e acusou a Noruega de massacrar baleias (Pearson e Magalhaes 2019). O presidente francês, Emmanuel Macron, acusou Bolsonaro de mentir sobre seus compromissos sobre mudanças climáticas na negociação do acordo.

Com o profundo mal-estar causado pela crise, Macron anunciou que a França se oporia ao acordo da UE com o Mercosul. Outras autoridades europeias o seguiram. Leo Varadkar, primeiro-ministro da Irlanda, afirmou que o seu país não ratificaria o acordo caso o Brasil não atuasse para combater os incêndios. A Finlândia convocou os integrantes da UE a estudar a possibilidade de proibir as importações brasileiras de carne. A chanceler alemã Angela Merkel também criticou a postura brasileira, com uma de suas ministras defendendo a alteração do acordo com a inclusão de garantias de preservação ambiental (G1 2019b).

Muitos ruralistas, aliados ao governo, seguiram o discurso de Bolsonaro, apontando “interesse político” das lideranças europeias (Duarte 2019). No entanto, setores expressivos, representados pela Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, expressaram sua preocupação e cobraram ação governamental contra as queimadas (Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura 2019).

Ao fim, apesar do arrefecimento da crise e das tentativas de parte do setor, os ruralistas saíram-se como principais prejudicados pela má postura do governo Bolsonaro. O acordo Mercosul-UE seguiu paralisado até o fim do seu mandato. A crise também teve o efeito de destruir a imagem do Brasil como um parceiro confiável e respeitador do meio ambiente. Assim, outras negociações comerciais que estavam em curso e poderiam interessar ao agronegócio, como com o EFTA e o Canadá, também se estagnaram. Contrastando com as grandes expectativas dos ruralistas no primeiro semestre de 2019, ao fim do mandato de Bolsonaro, o Brasil havia apenas conseguido negociar um acordo comercial com Cingapura (Pupo 2022).

Tensões com a China e a pandemia de Covid-19

O governo Bolsonaro foi marcado por tensões com o principal destino das exportações brasileiras: a China, que absorveu no período cerca de um terço de todas as exportações do agronegócio brasileiro (Comex do Brasil 2021). Durante a campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro afirmava que a China estava comprando o Brasil e, uma vez eleito, seu chanceler, Ernesto Araújo, afirmou em discurso a novos diplomatas que o Brasil não venderia sua alma para exportar minério de ferro e soja para a China. O discurso de Araújo foi fortemente criticado

pelos ruralistas, com a FPA enviando uma carta, assinada pelas associações que integram o IPA, apresentando suas preocupações (Portal iG 2019).

Nesse momento inicial, as reclamações dos ruralistas parecem ter sido eficazes, com o governo diminuindo suas críticas e a situação se arrefecendo (Carta Capital 2019). A ministra da agricultura, Tereza Cristina, foi crucial nessa reaproximação, estabelecendo um “núcleo China” dentro da estrutura do MAPA (Barrucho 2021), bem como o vice-presidente Hamilton Mourão, atuando pela Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Em outubro de 2020, Bolsonaro foi recebido na China por Xi Jinping, buscando abertura de mercado e, ironicamente, compradores chineses para as privatizações que o governo brasileiro almejava realizar (Senra 2019).

Em março de 2020, entretanto, com a chegada da pandemia de Covid-19 ao Brasil, Bolsonaro e seus seguidores reacenderam os ataques à China, adotando um tom ainda mais pesado. Seguindo teorias da conspiração, membros do governo buscaram culpabilizar a China pela disseminação da doença. Eduardo Bolsonaro comparou a disseminação do coronavírus ao desastre de Chernobyl, culpando o governo chinês pelo espalhamento da doença. Araújo escreveu um artigo chamando o Covid-19 de “comunavírus”, afirmando que ele seria parte de um plano de dominação global. O próprio Bolsonaro sugeriu, então, que a China havia se beneficiado da pandemia e que o vírus havia sido criado em laboratório (Ladeira 2021).

As respostas do governo chinês vieram apenas de forma verbal, por meio de seu embaixador no Brasil, Yang Wanming. Entretanto, mesmo sem o anúncio de retaliações econômicas, os ruralistas, cientes dos riscos comerciais que essas tensões poderiam gerar, fizeram duras críticas, centradas na figura de Eduardo Bolsonaro (Mendes, Lopes e Walendorff 2020). Até mesmo Alceu Moreira, presidente da FPA e aliado do governo, tentou reduzir as tensões lançando uma nota que reforçava a importância da parceria com a China (Fuhrmann 2020).

Dessa vez, entretanto, as tensões não se reduziram, tendo seguido ao longo de 2020. Em novembro, outra discussão pública ocorreu entre Eduardo Bolsonaro e Yang Wanming, dessa vez com acusações de espionagem chinesa no 5G (Gomes 2020). No início de 2021, após a derrota de Trump nos EUA, com o país isolado internacionalmente e sofrendo os efeitos da má gestão da pandemia, teve início uma articulação de diversos setores, entre eles o

agronegócio, por uma mudança na direção da política externa brasileira (Grillo e Waltenberg 2021). No final de março, Araújo enfrentou uma sabatina no Senado e insinuou que a senadora Kátia Abreu, ruralista e presidente da Comissão de Relações Exteriores da instituição, possuía ligações com o *lobby* chinês – o que gerou reações da Casa com projetos de *impeachment* do ministro e promessas de barrar a nomeação de embaixadores (Machado e Brant 2021). A permanência de Araújo no cargo ficou insustentável e ele foi forçado a pedir demissão no dia 29 de março de 2021.

Araújo foi substituído por Carlos França, que de pronto buscou melhorar as relações com a China, sendo elogiado por Yang Wanming. Ainda restavam alguns discursos anti-China por parte do governo, mas o papel do MRE passou a ser de buscar dirimi-los, em vez de incentivá-los. Coroando a vitória dos ruralistas, Orlando Leite Ribeiro foi escolhido novo Embaixador na China (Chrispim 2021) – ele havia sido Secretário de Comércio e Relações Internacionais do MAPA e participado do seminário “Diplomacia do Agronegócio”.

Conclusão

Este artigo buscou apresentar a política externa brasileira voltada para o agronegócio, apresentando a atuação do setor como um forte grupo de interesse e analisando, especialmente, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), visto o protagonismo do setor durante o seu mandato. Para tanto, buscou evidenciar como o agronegócio avançou seus interesses e teve a representação de sua posição sendo contemplada em decisões da política externa do governo Bolsonaro, como na questão da transferência da embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, que não aconteceu, no que tange ao Acordo de Paris e nas relações com a China. Nessas ocasiões, observa-se que, apesar das tensões, os resultados foram positivos para os atores ruralistas, que conseguiram usar de instituições políticas, como a FPA no Congresso Nacional, e de informações produzidas pelo IPA e pela Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura para defender os interesses comerciais do agronegócio em sua interlocução com o governo no campo da política externa brasileira.

Já no que tange ao caso do desmatamento da Amazônia e do acordo Mercosul-UE, a agenda do agronegócio não parece ter avançado suficientemente, faltando maior unidade do setor para pressionar o governo Bolsonaro a romper com sua ala ideológica. Isso aponta para como, ao longo da gestão, o perfil ideológico do governo atrapalhou avanços dos ruralistas e gerou riscos para o agronegócio. Assim, apesar da simpatia do governo, os ruralistas poderiam ter se beneficiado mais no âmbito da política externa se não tivessem que frear a postura ideológica do governo Bolsonaro, atuando, na prática, como uma força “moderadora” em prol do pragmatismo nas relações exteriores.

Com a estrutura existente de representação de interesses no aparato estatal e privado brasileiro, apresentada neste artigo, é muito provável que no atual governo de Lula da Silva – não englobado no marco temporal aqui apresentado – o agronegócio mantenha sua capacidade de influência na agenda da política externa brasileira. Apesar do presidente defender uma agenda sustentável e ter buscado implementar uma reforma ministerial que ampliasse o poder do Ministério do Meio Ambiente e dos Povos Originários sobre demarcação de terras indígenas, cadastro rural e outras atribuições que estavam em linha com um empoderamento da agenda de direitos humanos e de meio ambiente, verificou-se em 1º de junho de 2023, com a votação da Medida Provisória da Esplanada, a intensa força do agronegócio no seio do governo.

Além disso, tem sido evidente a pressão do agronegócio no governo Lula para que o acordo Mercosul-UE finalmente seja concretizado, sem prejuízo ao setor no Brasil. Basta lembrar que há uma divergência entre os brasileiros e os europeus no que diz respeito à lei aprovada pelo Conselho Europeu, em maio de 2023, que proíbe a importação de produtos na UE de áreas desmatadas do Brasil, sujeitando estes produtos à aplicação de multas. Assim, resta indagar quais serão os possíveis impactos da ascensão do agronegócio na política externa brasileira a longo prazo. O risco que se incorre é que a pressão ruralista sobre a agenda externa possa significar uma abdicação de políticas para outros setores, como para a indústria, o meio ambiente e os povos originários, reforçando uma inserção internacional dependente.

Referências

- Almeida, Fernando Roberto de Freitas. 2011. “A Economia Política do Agronegócio”. *Mural Internacional*, ano 2, n.2, p.38-46. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5836>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- “Amazônia sob ataque: queimadas têm aumento de 145% em 2019”. 2019. *Greenpeace Brasil* (blog). 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/amazonia-sob-ataque-queimadas-tem-aumento-de-145-em-2019>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Barrucho, Luis. 2021. “Por que ataques de Bolsonaro à China não prejudicaram comércio com o Brasil”. *BBC News Brasil*, 5 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58099335>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Buzanello, Edegar João. 1993. “A burguesia agrária: Elementos teóricos e interpretação operativa. Textos de Economia”. v. 4 n.1, p. 41–52. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/A-burguesia-agr%C3%A1ria-%3A-elementos-te%C3%B3ricos-e-operativa-Buzanello/ab7918f2016ad43c110c07a89b8130fa1526c9f6> Acesso em: 30 jun. 2023.
- CartaCapital*. 2019. “Após reclamação de ruralistas, Bolsonaro faz aceno à China”, 15 de março de 2019, seç. Economia. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/apos-reclamacao-de-ruralistas-bolsonaro-faz-aceno-a-china/>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Cervo, Amado. 2003. “Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático”. *RBPI*, v. 46, n.2, p. 5-25. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/zbz5ycSxKHRYZCRpkPqRyGF/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. 2019. “Retomar o controle do desmatamento e combater a ilegalidade são premissas para um Brasil que deseja ser líder agroambiental”. Disponível em: <https://www.coalizaobr.com.br/home/index.php/o-que-propomos/posicionamentos-coalizaao/1955-retomar-o-controle-do-desmatamento-e-combater-a-ilegalidade-sao-premissas-para-um-brasil-que-deseja-ser-lider-agroambiental>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.

- Comex do Brasil*. 2021. “China segue avançando e já responde por 33,7% das exportações totais do agronegócio brasileiro”, 13 de janeiro de 2021, seç. Agronegócio. Disponível em: <https://www.comexdobrasil.com/china-segue-avancando-e-ja-responde-por-337-das-exportacoes-totais-do-agronegocio-brasileiro/>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil. 2021b. “Quem somos”. Disponível em: <<https://www.cnabrasil.org.br/cna/quem-somos-cna>>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. 2023. “Sobre nós”. Disponível em: <<https://coalizaobr.com.br/sobre-nos/>>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Cornils, Patricia. 2021. “Acordo entre União Europeia e Mercosul: um tratado ‘neocolonial’”. *o Joio e o Trigo*, 10 de maio de 2021. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2021/05/acordo-entre-uniao-europeia-e-mercosul-um-tratado-neocolonial/>. Acesso em 30 de jun. de 2023.
- Chrispim, Denise. 2021. “Chanceler Carlos França vai indicar novos embaixadores para a China e OMC”. *Poder360*. 1º de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/chanceler-carlos-franca-vai-indicar-novos-embaixadores-para-a-china-e-omc/>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Delgado, Guilherme Costa. 2012. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]*. Editora da UFRGS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/245770>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Deutsche Welle*. 2018. “Liga Árabe faz alerta a Bolsonaro”, 11 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/liga-%C3%A1rabe-faz-alerta-a-bolsonaro/a-46676938>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Duarte. 2019. “Repercussão de queimadas foi desencadeada por interesse político, diz diretor da CNA – Economia”. *Estadão*, 23 de agosto de 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,repercussao-de-queimadas-foi-desencadeada-por-interesse-politico-diz-diretor-da-cna,70002979489>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária. 2021. “História da FPA”. Disponível em: <<https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- Fuhrmann, Leonardo. 2020. “Eduardo Bolsonaro ataca parceiro de US\$ 26,6 bilhões, a China, e agronegócio reage”. *De Olho nos Ruralistas*, 19 de março de 2020.

- Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/03/19/eduardo-bolsonaro-ataca-parceiro-de-us-266-bilhoes-a-china-e-agronegocio-reage/>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- G1. 2019a. “Após cogitar transferir embaixada, Bolsonaro anuncia escritório comercial em Jerusalém”, 31 de março de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/31/apos-cogitar-transferir-embaixada-bolsonaro-anuncia-escritorio-diplomatico-em-jerusalem.ghtml>. Acesso em 30/06/2023.
- G1. 2019b. “Europa ameaça retaliações comerciais por conta de queimadas na Amazônia”, 23 de agosto de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/08/23/europa-ameaca-retaliacoes-comerciais-por-conta-de-queimadas-na-amazonia.ghtml>. Acesso em 30/06/2023.
- Garcia, Junior Ruiz; Vieira Filho, José. 2014. “Reflexões sobre o papel da Política Agrícola brasileira para o desenvolvimento sustentável”. Texto para discussão 1936. Brasília/ Rio de Janeiro: Ipea, p. 1-30. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2841/1/TD_1936.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.
- Girardi, Giovana. 2018. “Brasil só tem a ganhar com Acordo de Paris, defende grupo de ruralistas e ambientalistas”. *Estadão*, 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/brasil-so-tem-a-ganhar-com-acordo-de-paris-defende-grupo-de-ruralistas-e-ambientalistas/>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Gomes, Pedro Henrique. 2020. “Embaixada da China repudia postagem que Eduardo Bolsonaro publicou e depois apagou”. *G1*, 24 de novembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/24/embaixada-da-china-repudia-postagem-que-eduardo-bolsonaro-publicou-e-depois-apagou.ghtml>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Gonçalves, Fernanda Nanci; Pinheiro, Leticia. 2020. *Análise de Política Externa: o que estudar e por quê?* Curitiba: InterSaberes.
- Grillo, Brenno; Waltenberg, Guilherme. 2021. “Governadores e base de Bolsonaro cobram mudanças na relação com a China”. *Poder360*, 21 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/governadores-e-base-de-bolsonaro-cobram-mudancas-na-relacao-com-a-china/>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Iglécias, Wagner. 2007. “O Empresariado do Agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 28,

- p. 75-97. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/zSjtTWMrGdnHRQmPkXjvXpF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- IPA. 2023. “História do IPA”. Disponível em: <https://www.pensaragro.org.br/historia-do-ipa/>. Acesso em: 17 jun. 2023.
- Ladeira, Pedro. 2021. “Relembre ataques de Ernesto e Bolsonaro à China após ex-chanceler negar agressões; CPI ouve Pazuello nesta 4ª”. *Folha de São Paulo*, 18 de maio de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/relembre-ataques-de-ernesto-e-bolsonaro-a-china-apos-ex-chanceler-negar-agressoes-cpi-ouve-pazuello-nesta-4a.shtml>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Machado, Ana Paula Cunha. 2009. “A Formulação da Política Comercial Externa Agrícola: Condicionantes Internacionais e Domésticos da Transformação Institucional do MAPA”. 115f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNB, Brasília.
- Machado, Leandro. 2019. “O que se sabe sobre o ‘Dia do Fogo’, momento-chave das queimadas na Amazônia”. *BBC News Brasil*, 27 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037>. Acesso em: 30/06/2023.
- Machado, Renato; Brant, Danielle. 2021. “Senadores pedem impeachment de Ernesto e prometem barrar indicações de embaixadores”. *Folha de S. Paulo*, 29 de março de 2021, seç. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/03/senadores-pedem-impeachment-de-ernesto-e-prometem-barrar-indicacoes-de-embaixadores.shtml>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Madureira, Eduardo Morrot Coelho. 2020. “Diplomacia do Agronegócio: Os ruralistas nas diretrizes diplomáticas do primeiro ano do governo Bolsonaro”. Trabalho de Conclusão de Curso, Rio de Janeiro: UFRJ.
- Madureira, Eduardo Morrot Coelho. 2023. “A influência ruralista na política externa do governo Bolsonaro”. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UERJ.
- Mendes, Luiz Henrique; Lopes, Fernando; Walendorff, Rafael. 2020. “Representantes do setor de agronegócios fazem duras críticas a Eduardo Bolsonaro”. *Valor Econômico*, 19 de março de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/03/19/empresarios-e-executivos-da-industria-de-carnes-fazem-duras-criticas-a-eduardo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Mendonça, Maria Luisa. “O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a Construção do Conceito de Agronegócio”. *Contexto Internacional*,

- v.37, n.2, p. 375-402, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/Yjs35KhVFpmN7wVpTCCjgyJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- Milner, Helen. 1997. *Interests, Institutions, and Information: Domestic Politics and International Relations*. New Jersey: Princeton University Press.
- Veiga, Pedro da Motta; Rios, Sandra Polónia. 2018. “Economia Política da Política Comercial Brasileira”. In: DESIDERÁ NETO, Walter et al. *Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008*. Brasília: IPEA; FUNAG, p. 83-102. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8793/1/Política externa brasileira em debate_dimensões e estratégias de inserção.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8793/1/Política%20externa%20brasileira%20em%20debate_dimens%C3%B5es%20e%20estrat%C3%A9gias%20de%20inser%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 30 jun. 2023.
- Pearson, Samantha; Magalhães, Luciana. 2019. “Fires Destroy Amazon Rainforest, Blanketing Brazilian Cities in Smog”. *WSJ*. 21 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/fires-destroy-amazon-rain-forest-blanketing-brazilian-cities-in-smog-11566397901>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Pompeia, Caio. 2020. “Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, p. 1-17. DOI 10.1590/3510410/2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/bWNJXhwGrcqZRqjJF6rD5pv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 de jun. de 2022.
- Portal iG. 2019. “Ruralistas criticam declarações de Ernesto Araújo sobre comércio com a China”, 19 de março de 2019, seç. economia. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2019-03-19/ruralistas-criticam-ernesto-araujo.html>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Pupo, Fábio. 2022. “Mercosul conclui acordo com Singapura e concorda em reduzir TEC”, 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/mercosul-conclui-acordo-de-livre-comercio-com-singapura.shtml>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.
- Resende, Thiago. 2018. “Reações árabes preocupam, diz líder da bancada ruralista”. *Deutsche Welle*, 6 de novembro de 2018. Disponível em: [https://www.dw.com/pt-br/reações-árabes-preocupam-diz-líder-da-bancada-ruralista/a-46182657](https://www.dw.com/pt-br/rea%C3%A7%C3%B5es-%C3%A1rabes-preocupam-diz-l%C3%ADder-da-bancada-ruralista/a-46182657). Acesso em: 30/06/2023.
- Senra, Ricardo. 2019. “Um ano após reclamar que China ‘compraria o Brasil’, Bolsonaro quer vender estatais e commodities em visita a Xi Jinping”. *BBC News Brasil*, 23 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50161509>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.

Siebeneichler, Amanda. 2021. “O Latifúndio como formulador de Política Externa e o desmonte de políticas ambientais”. *Revista NEIBA*, v.10, p.1-33, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/58818/0>. Acesso em: 30 jun. 2023.

Silva, Roberta Rodrigues Marques da; Silva, Ricardo Dias da; Ferreira, Ferreira. 2019. “O agronegócio brasileiro e as negociações Mercosul-União Europeia”. *Carta Internacional*, v. 14, n.3. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/940>. Acesso em: 30 jun. 2023.

Soares, Jussara; Gamba, Karla. 2019. “Bolsonaro confirma que Brasil não deixará Acordo de Paris”. *O Globo*, 22 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/bolsonaro-confirma-que-brasil-nao-deixara-acordo-de-paris-23392614>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.